

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUARIAIS E
CONTÁBEIS

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

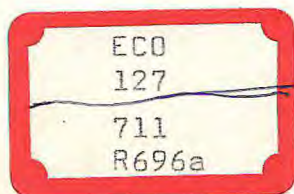
ASPECTOS ECONÔMICOS DA CONSTITUIÇÃO DO URBANO EM
FORTALEZA

BSFEAC

MARIA MEIRIVANIA RODRIGUES

ORIENTADOR: ROBERTO SMITH

Eco
127



FORTALEZA

1995 - 1

Monografia submetida à coordenação do Curso de
Economia, como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Ciências Econômicas.

BSFEAC

Monografia aprovada em 14 de julho de 1995

Roberto Smith
orientador

Aécio Alves Oliveira

Joana Darc de Oliveira

AGRADECIMENTOS

Devo meus sinceros agradecimentos ao professor e orientador Roberto Smith pela eficiência e dedicação com que se empenhou na orientação dessa monografia.

As críticas construtivas e observações oriundas dos professores participantes da banca examinadora: Prof. Aécio e Profa. Joana, consideradas de grande ajuda para o aprimoramento do trabalho.

ÍNDICE

Introdução.....	05
1-Formação Econômica de Fortaleza: Aspectos históricos.....	08
1.1-O Processo de Hegemonização de Fortaleza em Relação ao Interior Cearense.....	10
1.2-A Importância da Cultura do Algodão para a Hegemonia de Fortaleza.....	12
1.3-O Papel da Industrialização na Formação Urbana de Fortaleza.....	16
2-Elementos Teóricos para a Análise da Urbanização.....	24
2.1-Migração Urbana e Crescimento Demográfico.....	27
2.2-A Importância das Cidades para a Economia Urbana.....	31
2.3-A Concentração Geográfica da Produção Industrial.....	34
3-Aspectos Gerais das Atividades Econômicas no Centro Urbano de Fortaleza.....	41
3.1-A Importância dos Instrumentos de Política Urbana.....	51
Conclusão.....	54
Bibliografia.....	58

INTRODUÇÃO

A presente monografia procura contribuir para o debate teórico acerca da questão urbana, e nesta o lugar que ocupa a mobilidade populacional. Ressaltamos no entanto, que não se trata de um texto conclusivo, ao contrário, abre questões exploratórias, tendo em vista contribuir para o avanço do conhecimento do assunto.

Encontram-se nos estudos feitos sobre o Ceará, ontem e hoje, várias evidências, apesar de não sistematizadas, indicativas de que a lenta expansão de Fortaleza e sua posterior definição como principal cidade do Ceará deveu-se à concentração da produção do algodão para o mercado externo. Fortaleza teve, como toda cidade-porto, as bases para sua expansão centrada na atividade comercial, prevalecendo o urbano sobre o rural, através da hegemonia de um núcleo urbano no litoral onde se polarizou o controle comercial e político-administrativo. No capítulo I serão abordadas essas questões para tentarmos encontrar alguma ligação da origem histórica de Fortaleza com o contexto urbano que hoje se apresenta na capital cearense, especificamente no seu centro urbano.

No capítulo II tentaremos ampliar a reflexão a partir dos conhecimentos existentes sobre o fenômeno urbano, procurando adequá-los à realidade de Fortaleza. Trata-se da necessidade de compreensão do estudo das cidades sob o aspecto econômico, na tentativa de explicar que as características básicas atuais da rede urbana em que se insere Fortaleza resultam das relações que se estabeleceram como consequência

das formas de produção desse espaço e da sua inserção regional, nacional e internacional.

Neste estudo haverá uma tentativa de problematização a respeito da migração urbana e do conseqüente crescimento demográfico, tendo em vista que os problemas decorrentes da migração poderão ser explicados através da formação do urbano, não só em Fortaleza, mas também nas cidades brasileiras em geral, por terem se dado em função de fatores de expulsão do campo e não de atração.

Serão analisadas as principais teorias que correlacionam as vantagens locais com as economias externas e de aglomeração, para em seguida se estudar os processos locais das atividades econômicas vinculadas à certas estruturas de mercado no espaço urbano

O capítulo III surgiu a partir da consciência da importância de uma revitalização do Centro Urbano de Fortaleza, observada a partir da tendência de um processo de deterioração da área central cujos problemas sociais e econômicos para a sociedade são evidentes. O trabalho do Prof. Roberto Smith, "A Atividade Econômica no Centro de Fortaleza" servirá como ponto de partida para a elucidação dos fenômenos da urbanização e do desenvolvimento de assuntos pertinentes ao tema desta monografia

Portanto, diante da convicção de que se deve preservar determinadas características originais do núcleo central de uma cidade, a fim de que possam explicar de algum modo sua formação histórica, partimos do pressuposto de que a área central de uma cidade é o resultado de um processo histórico, proveniente da formação do urbano através de elementos tradicionais vinculados ao conjunto de fatores que constituíram a origem histórica de uma cidade.

Serão utilizados alguns dados levantados a partir do Centro Urbano de Fortaleza como instrumentos auxiliares para que se possa elaborar um perfil do urbano, evidenciando-se a forma econômica que Fortaleza possui hoje, caracterizada principalmente como resultante de um processo histórico, num contexto que retoma a sua formação passada e incorpora alguns aspectos de tradição e rigidez.

Portanto, a monografia que se propõe a caracterizar alguns aspectos macroeconômicos dos centros urbanos, apresenta-se como uma contribuição para o conhecimento do processo de urbanização dentro do contexto sócio-econômico da cidade.

1-FORMAÇÃO ECONÔMICA DE FORTALEZA: ASPECTOS HISTÓRICOS

Os aspectos relacionados à origem histórica de Fortaleza serão abordados no presente trabalho evidenciando-se os pontos necessários para elucidar as questões que influenciaram de alguma forma a ocupação do seu espaço urbano. "Ao se estudar a origem, evolução ou função de uma cidade deve-se sempre especificar as forças históricas que estão no seu bojo." (OLIVEN, 1984:20) Portanto, nesse capítulo tem-se a intenção de abordar os aspectos relevantes da evolução urbana de Fortaleza do ponto de vista histórico.

As raízes históricas e sobretudo os aspectos de natureza política e econômica observados nas relações entre o Estado e as classes dominantes que serão estudados a seguir, fornecem subsídios para uma melhor compreensão acerca do processo de formação urbana em Fortaleza. Nesta mesma direção, a análise do desenvolvimento de forma retardatária da trajetória de Fortaleza como cidade colonial fora de sua época, facilita o entendimento da formação histórica do centro urbano desta capital, como também o conhecimento dos fatores que proporcionaram a hegemonia da Vila de Fortaleza frente às outras Vilas da Capitania do Ceará.

A construção da hegemonia de Fortaleza sobre as outras cidades do Ceará, realizou-se de forma bastante lenta, diferentemente de algumas outras capitais no Brasil que já nasceram hegemônicas, principalmente, por terem sido núcleos de exportação e importação e sede do aparato burocrático e militar (de base urbana) promovido pela Coroa portuguesa para

que houvesse um controle dos meios de produção, do comércio, da tributação e da defesa do território. (LEMENHE, 1991:20)

As sedes das capitâneas, no início da colonização, via de regra, situadas no litoral, eram os núcleos aglutinadores da produção das áreas rurais para o mercado europeu e captadores dos impostos cobrados sobre a produção e comercialização de bens para a Coroa portuguesa, bem como das importações. "A cidade serviu nesse período principalmente como instrumento da metrópole, voltada para promover os interesses dos colonizadores portugueses, orientados para a exportação de matérias-primas e para a cobrança de tributos." (HOLANDA, 1971:30)

Com a crise e posterior rompimento das relações coloniais surgiu um elemento novo que favoreceu a expansão das cidades-porto, através da dinamização das trocas nelas realizadas. "Para dar suporte à atividade mercantil foi necessário dotar as cidades-portos de infra-estrutura para facilitar a comercialização através da melhoria dos portos, construção de armazéns, agências financiadoras, etc." (LEMENHE, 1991:85) Esses fatores, vinculados ao complexo mercantil importador-exportador, por sua vez, implementaram o processo de urbanização destas cidades já que passaram a reunir melhores condições de receber investimentos públicos e privados.

1.1 O PROCESSO DE HEGEMONIZAÇÃO DE FORTALEZA EM RELAÇÃO AO INTERIOR CEARENSE

A colonização do Ceará aconteceu mais tarde do que em alguns estados do Brasil (final do século XVII), e se caracterizou, pelo fato do seu território ter sido ocupado no sentido do sertão para o litoral e ter tido a pecuária como sua primeira atividade desenvolvida. Esta por sua vez, chegou ao Ceará proveniente de Pernambuco e Bahia, tendo sua infiltração favorecida pelas bacias dos rios Jaguaribe e Acaraú.

Por outro lado, a história cearense relata que a produção de carne salgada em grande quantidade exigiu a existência de novos canais de comercialização, possibilitando o "aparecimento e a consolidação de Aracati como núcleo urbano dominante (1748) e o aparecimento de um mercado interno, pelo menos num primeiro momento da história urbana do Ceará." (LEMENHE, 1991:53)

Aracati, é uma região próxima do rio Jaguaribe e onde a fixação da população surgiu do desenvolvimento das charqueadas, do comércio de couro e solas, produtos esses que segundo o estudo realizado por Ribeiro Junior (1976), constituíram, em conjunto, o segundo produto da pauta de exportação da capitania de Pernambuco e suas anexas (Ceará, Paraíba, e Rio Grande do Norte). No início do século passado, a expressão econômica de Aracati era superior à de Fortaleza pelo fato daquele aglomerado urbano se achar mais próximo de Recife, o que o tornava um centro comercial mais importante.

Fortaleza, por estar situada longe dos sertões da pecuária, continuou por um longo período a ser uma Vila sem sustentação econômica. Mas com o advento da produção algodoeira, que coincide com uma fase de profunda crise do sistema colonial, aumenta a necessidade de uma comercialização direta com Portugal, intensificando-se as solicitações, neste sentido, pelas autoridades representativas da Capitania junto à Coroa. Dessa forma, no final da última década do século XVIII (1799), ocorreu a desvinculação política administrativa da Capitania do Ceará em relação à Capitania de Pernambuco possibilitando um comércio direto com a metrópole e com as demais regiões econômicas da Colônia. Em 1808 com o advento da "abertura dos portos" houve a inserção da capitania do Ceará na economia internacional. (SOUZA, 1989:56)

Portanto, entende-se que esses fatos forneceram à Vila de Fortaleza condições econômicas e administrativas para iniciar o longo processo de rompimento da hegemonia de Aracati, e se sobressair diante da possível emergência de outras vilas e até mesmo da de Aracati.

Podemos apontar dois fatores fundamentais que determinaram a emergência de cidades no Brasil no período de desvinculação colonial que também se aplicam ao caso de Fortaleza: (SANTOS, 1985:78)

1) a localização dos centros políticos e administrativos;

2) a centralização dos principais serviços e atividades econômicas mercantis;

Os centros de atividades comerciais localizaram-se ao longo do litoral e formaram núcleos que, posteriormente, adquiriram maior significação com a formação do mercado interno e evolução do processo urbano.

Fortaleza, por estar situada longe dos sertões da pecuária, continuou por um longo período a ser uma Vila sem sustentação econômica. Mas com o advento da produção algodoeira, que coincide com uma fase de profunda crise do sistema colonial, aumenta a necessidade de uma comercialização direta com Portugal, intensificando-se as solicitações, neste sentido, pelas autoridades representativas da Capitania junto à Coroa. Dessa forma, no final da última década do século XVIII(1799), ocorreu a desvinculação política administrativa da Capitania do Ceará em relação à Capitania de Pernambuco possibilitando um comércio direto com a metrópole e com as demais regiões econômicas da Colônia. Em 1808 com o advento da "abertura dos portos" houve a inserção da capitania do Ceará na economia internacional.(SOUZA, 1989:56)

Portanto, entende-se que esses fatos forneceram à Vila de Fortaleza condições econômicas e administrativas para iniciar o longo processo de rompimento da hegemonia de Aracati, e se sobressair diante da possível emergência de outras vilas e até mesmo da de Aracati.

Podemos apontar dois fatores fundamentais que determinaram a emergência de cidades no Brasil no período de desvinculação colonial que também se aplicam ao caso de Fortaleza:(SANTOS, 1985:78)

1) a localização dos centros políticos e administrativos;

2) a centralização dos principais serviços e atividades econômicas mercantis;

Os centros de atividades comerciais localizaram-se ao longo do litoral e formaram núcleos que, posteriormente, adquiriram maior significação com a formação do mercado interno e evolução do processo urbano.

1.2 A IMPORTÂNCIA DA CULTURA DO ALGODÃO PARA A HEGEMONIA DE FORTALEZA

A fim de compreender como Fortaleza começou a se tornar uma cidade polarizadora e ter um maior crescimento de sua população urbana, é necessário fazer referência à cultura do algodão, que propiciou de certa forma o aparecimento de um complexo mercantil envolvendo inclusive atividades de transformação industrial.

A cultura algodoeira se estendeu por quase toda a província, a partir do início do século XIX. Essa cultura na sua maior parte estará associada a pecuária, e introduzirá o Ceará no modelo primário exportador, ainda que de forma bastante discreta em relação ao resto do Brasil. A atividade algodoeira, tratava-se como ainda hoje, de uma cultura organizada de forma extensiva, consolidando a concentração fundiária já existente a partir da atividade pecuária antes predominante, e de contribuição insignificante para a formação de espaços urbanos articulados. Isto porque as concentrações urbanas tinham por base a presença do setor público e do comércio, e raramente atividades de transformação.

É necessário, antes de passar a considerar as implicações da expansão da agricultura na emergência da vila de Fortaleza, tecer breves comentários sobre as facilidades da região no desenvolvimento da cultura do algodão.

A expansão da produção algodoeira no Ceará contou com a existência de um ambiente natural adequado para o desenvolvimento de uma cultura nativa, e particularmente, com disponibilidade de mão-de-obra, que foi gerada na expansão da

pecuária e por ela não absorvida, já que numa fazenda de gado, o trato dos animais poderia ser feito por uns poucos vaqueiros com a participação do proprietário.

Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento da cultura do algodão foi a queda de produção da pecuária, devido as sucessivas secas que dizimou parte do rebanho da região, levando à decadência a florescente indústria de carne-seca cujo mercado foi posteriormente dominado pela concorrência das charqueadas do Rio Grande do Sul. Este fato vai se refletir, diretamente na dinâmica dos núcleos urbanos que beneficiavam e comercializavam o produto.

Dessa forma, com a desorganização da pecuária num período que coincide com a ampliação da demanda pelo algodão e a elevação dos seus preços, os comerciantes locais estimularam com capital os fazendeiros com o objetivo de desenvolver a cultura do algodão.

Destaca-se portanto no século XIX a pauta de exportação dos produtos cearenses que foi valorizada com a introdução do algodão na exportação para o mercado europeu. Seu cultivo praticamente coincidiu com a separação administrativa da capitania do Ceará da de Pernambuco(1799), o que acarretou para o Ceará a possibilidade de navegação e comércio diretamente com a Europa. Portanto, conclui-se que esses fatores também contribuíram para a emergência de Fortaleza como centro coletor e exportador do algodão no contexto da economia cearense.

Segundo Lemenhe, o início da quebra da hegemonia de Aracati, deve também ser buscado no quadro político-institucional do império, que tendeu a privilegiar as capitais, como núcleos principais na captação dos excedentes das províncias. Ou seja, Fortaleza suplantou Aracati na medida

em que o crescimento da província foi acompanhado pela expansão de suas funções político-administrativa, através da abertura de estradas, melhoria dos portos, captação dos tributos que foram realizados beneficiando a Capital.

Sendo assim, a capital da província se diferenciou aos poucos dos demais núcleos pelo adensamento de sua população e expansão das edificações privadas. Pelos dados de arrecadação do Imposto Predial tem-se que desde 1860, Fortaleza abrigava uma população consideravelmente maior, evidenciando-se a sua primazia.

O confronto entre algumas informações sobre Fortaleza e Aracati revela uma diferenciação entre estas duas cidades, mais favorável a primeira no que se refere ao crescimento populacional, volume das trocas externas e internas e investimentos em obras públicas.

De acordo com Lemenhe, a população de Fortaleza passa de 12.195 habitantes em 1813 para 16.557 em 1837, enquanto Aracati, nesse mesmo período, aumenta de 8.100 para 8.805. A capital que, por volta de 1814, apresentava menor arrecadação sobre produtos exportados do que Aracati, em 1835 supera em muito esta última. Segundo informa o relatório do Presidente da Província naquele ano, no porto de Fortaleza foram arrecadados 35:952\$612 e no de Aracati 9:545\$509. Igualmente maiores em Fortaleza eram as arrecadações da Câmara sobre a comercialização interna.

As Vilas criadas pela administração portuguesa no período colonial com seus corpos burocráticos e militares tinham como função principal, assegurar a dominação metropolitana. Mas, "com a independência do Brasil ocorre uma alteração na natureza do controle econômico, pois a função das capitais-províncias passa a não ser de sustentação de uma

classe dominante externa, mas sim, de viabilizar a hegemonia da classe dominante brasileira."(LEMENHE, 1991:62)

Portanto, observa-se que na época colonial os conflitos aconteciam entre proprietários e a Coroa pela apropriação do excedente e entre proprietários pelo controle da terra e da força-de-trabalho. Mas, depois da independência os conflitos com a administração portuguesa não tinham mais razão para existirem e aqueles entre proprietários acentuaram-se e foram acrescentados às disputas entre as oligarquias pela hegemonia política da Província. Também, as bases de acumulação da burguesia comercial e dos grandes proprietários foram ampliadas a partir da dinamização do comércio, decorrente da maior integração do Ceará à economia internacional, provocando também, a emergência dos núcleos urbanos no litoral e o aumento das rendas públicas.

1.3 O PAPEL DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA FORMAÇÃO URBANA DE FORTALEZA

Pretende-se, neste ítem fazer uma análise do desenvolvimento industrial de Fortaleza, através de algumas informações acerca das consequências em termos de urbanização por este provocadas. Deve-se reconhecer que em Fortaleza, o processo de urbanização inicialmente tem sido muito mais o resultado de atividades mercantis e governamentais do que da industrialização. Mesmo porque praticamente inexistem documentos narrativos e interpretativos da história industrial cearense. Sendo assim, será colocado de forma apenas abrangencial alguns aspectos relacionados com o tema.

Alguns autores consideram que o fato "cidade" precedeu o fato "indústria". Mas o que nos interessa na relação entre industrialização e urbanização é o princípio segundo o qual é necessário partir da definição econômica, social e técnica de um sistema de produção para entender a gênese de suas formas espaciais, sejam elas a "cidade" ou outras formas concretas de relação entre espaço e sociedade.

Todavia, a realidade mostra que ocorrem movimentos de urbanização, sobretudo nos países subdesenvolvidos, que não foram provocados, nem acompanhados ou seguidos por uma correspondente industrialização. (CASTELLS, 1984:47) Este fenômeno estaria também de acordo com a tese de Hoselitz, segundo a qual não há, necessariamente, conexão entre os dois processos. Afirma este autor que as cidades podem surgir e crescer relativamente desvinculadas da fábrica, com funções de centro administrativo, cultural ou político.

No caso do Ceará, sabemos que a indústria teve um papel quase insignificante no início de seu processo de urbanização, devido a uma série de fatores e entre eles podemos citar: ausência de processo interno e duradouro de acumulação mercantil, fraca formação de um mercado interno, transportes insuficientes e quase sempre muito precários, falta de energia, escassez de dinheiro, falta de capacitação tecnológica, falta de tradição, etc. Mesmo assim formaram-se alguns pequenos núcleos industriais sendo o maior deles Fortaleza, e mais recentemente um espraiamento para a sua região metropolitana

Sem recorrer a situação da indústria do charque que como já foi dito antes, teve seu apogeu no século XVIII, a indústria têxtil que no Brasil como um todo, viveu alguns avanços no fim do século passado em decorrência da guerra da secessão americana e dos efeitos da primeira Guerra Mundial, pareceu ter no Ceará experimentado momentos de grandeza.

O marco inicial do processo de implantação industrial no Ceará foi, segundo historiadores locais, a fundação em Fortaleza, nos fins do século passado, da fábrica de Tecidos Progresso. No entanto desde a segunda metade do século XIX já havia uma forte concentração de trabalho vinculadas a confecção, em Fortaleza.

Em documento preparado por Tomás de Souza Brasil em 1893 intitulado "Exposição de Chicago", o referido autor anuncia as vantagens de estabelecer-se a indústria fabril no Ceará, e aí ele referia-se a indústria têxtil, devido as vantagens de recursos naturais, a favorabilidade do clima, à natureza do solo e a abundante oferta de mão-de-obra.

A maior parte das atividades econômicas tendem a ocorrer em centros urbanos e tem como fator de dinamização a

indústria. Dessa forma observa-se uma relação íntima entre urbanização e industrialização, apesar desse fato não significar que a urbanização provoca a industrialização, nem mesmo que a industrialização provoca a urbanização. Pode significar que, no passado, em alguns lugares a industrialização e urbanização se realizaram simultaneamente. Fica patenteado na literatura consultada um caráter ambíguo, permeado de contradições do tipo: a industrialização causa a urbanização em alguns aspectos, mas não em outros.

"A industrialização é o grande fator de urbanização da época contemporânea. O crescimento da população urbana acompanha em cada país o desenvolvimento industrial. Efetua-se através de importantes migrações internas, que modificam profundamente as condições regionais do povoamento." (PEIXOTO, 1978:60)

A noção de economia industrial aparece, como uma noção complexa, modificando as formas de atividade de uma nação e transformando sua estrutura social, pela melhora que proporciona ao padrão de vida das populações.

O fato das primeiras indústrias cearenses terem sido ligadas às atividades agrárias desenvolvidas no interior, proporcionou o surgimento da indústria têxtil como pioneira no processo de instalação industrial na cidade.

Constata-se a partir do que foi analisado, que a pecuária e o algodão, produtos já tantas vezes mencionados quanto ao destaque que ocupam na economia agrária cearense, aparecem também como responsáveis pelo surgimento dos primeiros estabelecimentos industriais, base incipiente do desenvolvimento urbano de Fortaleza. Embora o crescimento urbano de Fortaleza não tenha sido acompanhado por um avanço proporcional da indústria moderna. Isto devido principalmente,

indústria. Dessa forma observa-se uma relação íntima entre urbanização e industrialização, apesar desse fato não significar que a urbanização provoca a industrialização, nem mesmo que a industrialização provoca a urbanização. Pode significar que, no passado, em alguns lugares a industrialização e urbanização se realizaram simultaneamente. Fica patenteado na literatura consultada um caráter ambíguo, permeado de contradições do tipo: a industrialização causa a urbanização em alguns aspectos, mas não em outros.

"A industrialização é o grande fator de urbanização da época contemporânea. O crescimento da população urbana acompanha em cada país o desenvolvimento industrial. Efetua-se através de importantes migrações internas, que modificam profundamente as condições regionais do povoamento."(PEIXOTO, 1978:60)

A noção de economia industrial aparece, como uma noção complexa, modificando as formas de atividade de uma nação e transformando sua estrutura social, pela melhora que proporciona ao padrão de vida das populações.

O fato das primeiras indústrias cearenses terem sido ligadas às atividades agrárias desenvolvidas no interior, proporcionou o surgimento da indústria têxtil como pioneira no processo de instalação industrial na cidade.

Constata-se a partir do que foi analisado, que a pecuária e o algodão, produtos já tantas vezes mencionados quanto ao destaque que ocupam na economia agrária cearense, aparecem também como responsáveis pelo surgimento dos primeiros estabelecimentos industriais, base incipiente do desenvolvimento urbano de Fortaleza. Embora o crescimento urbano de Fortaleza não tenha sido acompanhado por um avanço proporcional da indústria moderna. Isto devido principalmente,

à distribuição desigual da acumulação e do grau de proteção à industrialização no Brasil no decorrer dos anos.

Verificamos, todavia, que a forte concentração dos recursos de produção e, conseqüentemente, do progresso tecnológico, em áreas extremamente reduzidas e limitadas provoca a formação de desequilíbrios regionais, cujos efeitos sociais e políticos afetam profundamente todo o processo de desenvolvimento nacional.

O fato de a industrialização ter-se realizado por força de economias externas, de escala e de aglomeração de fatores de produção num só pólo regional,⁽¹³⁾ dificulta a difusão dos modernos processos e padrões de produção para as outras áreas do território nacional e concorre, muitas vezes para manter intacta a estrutura tradicional do setor agrário.

Conseqüentemente, os incrementos de renda e a elevação da produtividade, gerados no processo de desenvolvimento industrial, tendem a concentrar-se neste pólos, enquanto decresce, em termos relativos, a participação de outras regiões na formação do produto nacional, ampliando a disparidade existente entre as regiões-pólo e as regiões periféricas, num mesmo espaço econômico, político e social.

Com o encadeamento industrial do algodão, através de indústrias de tecidos em Fortaleza, inicia-se o período fabril cearense, e a capital, além de exercer o papel de grande centro coletor e beneficiador de produtos primários, torna-se aos poucos centro de transformação da produção primária.

Ao longo do século XIX, Fortaleza desempenhou o papel da principal praça de mercado da província, pois além de ter sido o centro de captação da produção agrícola-algodão tomou de Aracati a exclusividade do comércio de couro, além de ter se constituído o maior centro importador.

Fortaleza, é o grande centro coletor de produtos agrários do interior cearense. E esse papel de comando que Fortaleza possui hoje foi conquistado de forma gradual. O processo de coleta e o beneficiamento da produção muito contribuíram para o seu crescimento, como pode ser observado através do desenrolar da história cearense.

Produzido em grande quantidade inicialmente nas proximidades da Serra de Uruburetama, o algodão encontra no Porto de Fortaleza o ponto natural de exportação. Outras áreas de produção da Província em breve também elegem a capital como centro de remessa do algodão, em detrimento do porto de Aracati, pois a montante da foz do Jaguaribe o acesso é menos fácil a barcos de maior tonelagem. Com o emprego de navios a vapor, após 1860 o Porto de Aracati tornou-se inviável mesmo no Fortim, o que juntamente com outros fatores conduz a velha cidade à estagnação. Transformada, portanto, em centro exportador único, convergem para Fortaleza todas as energias econômicas da Província. (ARAÇÃO, 1985:123)

Verificamos portanto, que Fortaleza tinha por atividade urbana essencial a circulação de mercadorias, através do porto, que condicionou historicamente a própria formação da cidade.

Fortaleza polariza hoje a produção agrícola de outros estados, além do interior cearense, demonstrando portanto, esse enorme espaço organizado paulatinamente, na medida em que a cidade se firmava como centro da coleta da produção agrária que foi favorecida também pela implantação de um sistema viário que fazia convergir para a capital praticamente toda a produção interiorana.

"As perspectivas de franco progresso atraíam negociantes do sertão, que, impelidos pela seca, passavam a radicar-se na

capital," (MENEZES: 1975:162) devendo ter-se ampliado o mercado de trabalho e o mercado de consumo, com a expansão das casas comerciais.

Essa influência de Fortaleza sobre esse vasto espaço é realmente um fenômeno recente. A construção da ferrovia que chega ao Cariri em 1926, o ramal do Piauí via Sobral e Crateús ficaram reforçados pelas rodovias já mais recentes que aumentam em muito os raios de ação da capital. Após os anos 50 a rede rodoviária passou a exercer influência na formação do urbano em povoações, localidades e distritos, acentuando contudo, o efeito polarizador sobre Fortaleza. Ou seja, o Cariri vê diminuído gradativamente a polarização exercida por Recife, em direção à polarização exercida por Fortaleza.

Apesar do crescimento da cidade de Fortaleza ter sido bastante lento, este foi acentuando-se a partir das duas últimas décadas do século passado, com a transferência da capital, em 1823, de Aquiraz para Fortaleza, quando passou a categoria de cidade.

O crescente desenvolvimento de Fortaleza, verificou-se sem dúvida, face à ocorrência de extensas áreas do interior onde não existiu centro intermediário que facilitasse a relação com a capital e propiciasse a estruturação de uma rede urbana mais equilibrada.

Foi notório o crescimento de Fortaleza, em face da atividade do comércio do algodão, condicionado pelas ferrovias de penetração. De acordo com os dados do IBGE, ao terminar o século XIX, a capital cearense contava 50.000 habitantes, iluminação a gás carbono e bondes de tração animal, bibliotecas e educandários, sociedades literárias e institutos culturais. Em 1920, a população da cidade atingia 78.536

habitantes, o que representa um incremento relativo médio anual de 2,28%.

O crescimento rápido da população de Fortaleza, a ausência quase que completa de áreas dedicadas ao setor agrícola no entorno da capital exigiram praticamente que a cidade coletasse a produção do Estado e de áreas adjacentes dos Estados vizinhos, assim como para manter sua condição primeira do centro exportador.

A característica de Fortaleza como cidade mercantil pode ser explicada, a partir da análise da ocupação do Ceará que se deu, diferentemente dos outros estados do Brasil, do interior para o litoral, provocando uma baixa valorização econômica do espaço litorâneo, pelo menos no princípio de sua formação histórica.

O desenvolvimento urbano da capital cearense, conforme demonstra a característica de sua ocupação, tem se processado com forte intensidade nos últimos anos, através, principalmente da expansão da zona litorânea, com uma predominância de prédios destinados a classe mais abastada da população.

Em conclusão, vimos a emergência da capital do estado do Ceará, de um entreposto no tempo colonial, para a posição de metrópole. A partir do surto de prosperidade e expansão econômica provocado pelo cultivo do algodão e sua comercialização e, com a instalação posteriormente de um parque industrial, embora débil, o número de seus habitantes aumentou incessantemente.

Entretanto, verificamos também que, apesar do surto de progresso e da acumulação de riquezas nesta área, caracterizada por um processo de urbanização e

industrialização desordenado e não controlado, foram surgindo uma série de problemas e dificuldades, de proporções locais.

A implantação desordenada de estabelecimentos industriais, com o conseqüente aumento da população, sem a preocupação com os aspectos demográficos e urbanísticos da área, provocou e perpetuou uma série de problemas que, devido a carência de recursos dos poderes públicos locais, ou a sua má alocação, tendeu a agravar as condições de vida da população urbana.

A concentração urbana e industrial experimentada pela área metropolitana de Fortaleza, encontrou pontos de estrangulamento na fraca capacidade de absorção do mercado de consumo interno, agravada pelas deficiências ou pela inexistência de uma infra-estrutura adequada à expansão das atividades econômicas, enquanto são gerados sérios problemas sociais e políticos pela impossibilidade do sistema econômico absorver as massas da população que abandonam o campo.

O breve resumo histórico da formação econômica de Fortaleza aqui apresentado retratou o período em que Fortaleza adquiriu hegemonia em relação às demais Vilas da Província e os fatores que foram determinantes, assim como o novo papel das Vilas adquirido com a independência do Brasil.

Diante dos fatores descritos neste capítulo consideramos conveniente fazer um enquadramento teórico dessa formação, tendo como referência os conhecimentos existentes sobre o fenômeno da urbanização, de forma a adequá-los à realidade de Fortaleza, na tentativa de encontrar alguma explicação para a organização urbana em que está inserida Fortaleza.

2- ELEMENTOS TEÓRICOS PARA A ANÁLISE DA URBANIZAÇÃO

O processo de urbanização no mundo, que é um dos fatos mais notáveis dos tempos modernos, trouxe modificações profundas em praticamente todas as fases da vida social. O crescimento intenso e desordenado do urbano, aglomerando um número elevado de indivíduos de origem e cultura diversas altera profundamente os padrões de convivência social. De forma que, a problemática da explosão urbana e todos os fatores que contribuem para o agravamento dessa questão constituem um dos temas cruciais da sociabilidade dos nossos dias, vivido e sentido pelas populações dos grandes centros.

"A urbanização e a industrialização surgem então, como processos críticos no desenvolvimento das nações, em vias de transformação econômica, social e política." (SANTOS, 1982:26)

A urbanização firma-se como um fenômeno de aglomeração para obter determinadas escalas econômicas, sem a visualização do social, e a industrialização emerge como consequência ainda maior da divisão internacional do trabalho, em que a produção interna deriva apenas para segmentos mais altos, em termos de renda, da sociedade, sem a preocupação de gerar um bem-estar geral da população, de forma a diminuir as desigualdades sociais.

Dessa forma podemos compreender que o padrão histórico de transformação de uma economia essencialmente agrícola em uma economia de base industrial decorre no primeiro momento da idéia de que a economia é essencialmente agrícola e atende, sobretudo, à demanda de alimentos da população mas, na medida em que ocorre uma melhor organização da atividade agrícola,

desenvolve-se a produção de matérias-primas para o mercado externo, que proporciona as divisas necessárias à importação de produtos industrializados tanto para o consumo de grupos de renda mais elevada da população como para modernizar a atividade econômica local.

Estágios mais avançados da economia devem necessariamente repousar sobre uma forte base industrial. Este é um fenômeno facilmente observado nos países desenvolvidos de hoje e certamente deverá ser o caminho a ser trilhado pelos países em desenvolvimento.

Pressupõe-se que a industrialização seja parte de um processo mais amplo de desenvolvimento econômico que resulta na elevação dos níveis de vida mediante maior utilização e eficácia produtiva dos meios de produção. A economia de uma cidade deva ser contextualizada na rede urbana à qual ela pertence, determinando as funções especializadas, que ela exerce. Pois poderá ser o número e a importância de tais funções que determinam o tamanho da cidade, o vigor de sua economia e suas perspectivas de desenvolvimento.

O processo de urbanização no Brasil se intensificou a partir dos anos trinta, período em que foi observada a afirmação do setor industrial como motor da acumulação do capital no País. Ou seja, houve a passagem de uma sociedade de base agrária exportadora para uma sociedade urbano-industrial.

De conformidade com o que foi visto no capítulo anterior, as características básicas atuais da rede urbana em que se insere Fortaleza resultam das relações que se estabeleceram em consequência das formas de produção desse espaço e da sua inserção na economia regional, nacional e internacional. Decorrem, também, das relações cidade-campo e

da organização agrária dos espaços que integram a área de influência dos centros urbanos existentes. A urbanização, nem sempre desencadeada pela industrialização, em Fortaleza, se verifica características semelhantes a dos outros estados do País, com a concentração espacial das atividades econômicas tornando-se mais visível.

Fortaleza tem se caracterizado por um elevado grau de urbanização no decorrer das últimas duas décadas, acompanhado por um crescimento industrial, comercial e financeiro e de serviços expressivo, e que tornou a cidade o maior centro dinâmico do Estado do Ceará. Mas, recentemente vem ocorrendo um processo de espraiamento da indústria para fora de Fortaleza, notadamente para Maracanaú, Caucaia, Eusébio, etc. O setor de serviços, comércio, enfim o setor terciário, passa a dominar a economia da cidade. Essa mesma tendência é observada em grandes cidades.

A recente e rápida urbanização de Fortaleza é também responsável pelo acirramento dos problemas urbanos e pela falta de consciência deles.

É importante notar que, os critérios adotados ao longo dos anos na política industrial brasileira, face às implicações obtidas sobre urbanização (concentração urbana), agravaram ainda mais os desequilíbrios regionais existentes.

BSFEAC

2.1 MIGRAÇÃO URBANA E CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

O objetivo deste item é apresentar uma visão global de alguns aspectos importantes relacionados com a questão migratória, na tentativa de demonstrar que os problemas decorrentes da migração poderão ser explicados, pelo fato da formação do urbano ter se dado em função de mecanismos de expulsão do campo e não de atração.

Segundo Nunes, a transferência da população do campo para as cidades não é somente o resultado de uma decisão individual tomada em função da procura de uma "modernidade" urbana que apresentaria maiores atrativos que um provável "atraso" representado pela vida no campo. Mas, este aspecto é mais presente nas regiões do chamado "Terceiro Mundo" onde o acesso à "modernidade," simbolizado pela cidade, é mais formal que real. (NUNES, 1985:35)

Os centros urbanos crescem, em grande parte, porque a população deseja viver próximo a uma série de facilidades: contactos comerciais e profissionais, instituições de ensino, atividades culturais e recreativas que exigem a participação de um grande número de pessoas com gostos semelhantes. Ditas essas características constatamos, que isso ocasiona um processo migratório com sérias consequências para ambas as regiões afetadas.

Principalmente, porque a migração para as cidades não corresponde a uma procura de mão-de-obra, mas à busca de uma maior possibilidade de sobrevivência com maior probabilidade de interação. Seria de espantar que o processo se fizesse de forma equilibrada.

A região mais atrasada associa-se a grupos sociais menos qualificados, pois a estrutura de emigração tende a enfraquecer a qualidade da população de origem, sem reduzir de maneira suficiente sua quantidade. Ou seja, os homens e mulheres mais instruídos, mais progressistas, mais ambiciosos e com melhor formação profissional e que possuem um nível mais elevado de aptidão para "se realizarem", são os que abandonarão a região mais atrasada em busca da mais "progressista."

A região atrasada torna-se assim, privada das próprias qualidades necessárias à sua recuperação, à inversão do processo e ao esforço destinado a reduzir as lacunas nos terrenos da produtividade e da renda. No outro extremo da rota migratória, os países subdesenvolvidos sofrem de congestionamentos urbanos, cortiços, subemprego e parasitismo urbano, verificando-se uma grande concentração de população em poucos grandes centros, que passam a acumular expressivo contingente dos habitantes urbanos.

Esse fato está ligado à concentração das atividades econômicas e das funções urbanas nas metrópoles, que atraem, pela melhor oportunidade de mercado de trabalho e pelos melhores equipamentos, grandes contingentes de população que se deslocam de áreas periféricas e, principalmente, de centros menores, à procura de melhores condições de vida.

No entanto, subprodutos indesejáveis têm sido apresentados como resultado exclusivo do processo de urbanização. A transferência do desemprego, do subemprego e do emprego pouco produtivo do campo para a cidade tem sido um deles, observado a partir da análise dos processos de migração interna rural-urbana. Outro resultado é a dificuldade

crescente, com elevado custo social e econômico, de circulação nas grandes cidades.

"O planejamento urbano é, em geral e nos limites estruturais de uma determinada sociedade, uma das alternativas para resolver o problema de migração, a intervenção do sistema político sobre o sistema econômico, a fim de procurar superar as situações sem saídas que se verificam no espaço urbano com problema de superpopulação." (CASTELLS, 1984:79)

Seja a migração, o crescimento natural ou a supermecanização no campo a causa da hiperurbanização, o fato é que o fenômeno constitui um dos principais desafios dos nossos tempos para os planejadores. Soluções são necessárias a longo prazo, mas a curto prazo, os próprios atingidos pelo problema são obrigados a improvisarem soluções. Além do mais o planejamento desapareceu da agenda e de objetividade política no país.

O sistema urbano do Nordeste do Brasil mostra uma estrutura que tem como traço fundamental a concentração da população nas cidades, especialmente nas maiores, numa área restrita junto à faixa litorânea. Esse fato pode ser explicado devido à formação das cidades, no início da colonização, ter sido influenciada pelos exploradores

O fluxo de correntes migratórias para os grandes centros metropolitanos é contínuo e determinado pela busca de emprego para ganhar a vida em melhores condições, o que na realidade é uma grande ilusão, por que as facilidades de trabalho não qualificado são cada vez mais reduzidas, por imposição do progresso tecnológico.

Fortaleza não foge à regra dos grandes centros urbanos que geralmente apresentam a coexistência de duas cidades: uma constituída de edifícios modernos e confortáveis e outra de

barracos aglomerados sem as mínimas condições de higiene. Este fato, que já não ocorre somente nos países subdesenvolvidos, mas também em alguns desenvolvidos, é mais acentuado justamente nas grandes metrópoles, cuja beleza e grandeza exercem fascínios sobre todos, principalmente da classe menos favorecida, gerando, por sua vez, uma grande revolta por parte desta.

Os dados estatísticos mostram que o crescimento demográfico de Fortaleza, bem como de todo o Brasil, não se efetua na direção dos espaços vazios e sim para áreas já densamente ocupadas. Em lugar de uma distribuição razoável da população no espaço físico, assistimos a um processo desordenado de aglomeração.

O desequilíbrio provocado pela aglomeração da população em grandes centros urbanos cria outros tipos de problemas. Dentre eles, podemos citar a centralização, do ponto de vista administrativo; a inquietação, do ponto de vista psicológico; a consciência das desigualdades sociais, do ponto de vista econômico e a crescente violência urbana do ponto de vista social. Isso fornece motivos e pretextos para ações que estão ajudando a precipitar a crise social, econômica e política que sacode atualmente não apenas o Brasil, mas a América Latina como um todo.

2.2 A IMPORTÂNCIA DAS CIDADES PARA A ECONOMIA URBANA

Apesar do predomínio do urbano no mundo moderno, ainda sentimos falta de uma definição do que seja cidade. Uma grande cidade é, entretanto, algo mais do que um amontoado de indivíduos e de conveniências sociais, ruas, edifícios, energia elétrica, linha de ônibus, telefone, etc., é também algo mais do que uma constelação de instituições e dispositivos administrativos, tais como tribunais, hospitais, escolas, quartéis, cinemas, parques, etc. A cidade é produto da história, reflexo da sociedade, ação do homem sobre o espaço para construir a sua morada.

Segundo Park, "a cidade é, antes de tudo, um corpo de costumes e tradições e de sentimentos e atitudes organizadas, inerentes a esses costumes e transmitidas por essa tradição." (VELHO, 1973:58)

Estrutura e tradição não são, pois senão aspectos diferentes de um complexo cultural único, determinação do que é característico e específico da cidade.

A cidade é lugar de uma vida intensa, onde os homens vão e vêm, produzem e consomem, criam e recriam. Todos esses comportamentos humanos afetam mais ou menos a cidade considerada globalmente, muitas vezes, afetando o equilíbrio e provocando a interferência de mecanismos reguladores mais ou menos eficazes.

As cidades são partes de sociedades mais amplas, e este fato deve ser levado em consideração ao se estudar os processos que ocorrem no seu interior e as populações por eles atingidas. Partimos pois, do pressuposto de que a cidade não

é apenas um aglomerado de casas isoladas, mas tem certa estrutura, mesmo que nos pareça caótica e mal estruturada.

Na verdade, as estruturas das cidades refletem com todos os pormenores as próprias estruturas sociais, o que significa, muitas vezes, uma mistura de vários estilos de construção, de padrões de conforto habitacional, de sistema educacional e de vida cultural.

Louis Wirth define a cidade como "um aglomerado permanente, relativamente grande e denso, de indivíduos socialmente heterogêneos." (VELHO, 1973:95) Estes três elementos-tamanho, densidade e heterogeneidade-provocam formas de ação e organização social peculiares na cidade: vínculos relativamente fracos entre os residentes à medida que um aglomerado cresce e mais se aproxima das características comportamentais urbanas.

De acordo com Gordon Childe, a cidade é o lugar geográfico onde se instala a superestrutura político-administrativa, que corresponde a uma sociedade em que as técnicas e as condições materiais (meio-ambiente, população) tornaram possível a diferenciação do produto entre reprodução simples e ampliada da força de trabalho, e, por conseguinte, deram origem a um sistema de distribuição que supõe: 1) Existência de classes sociais; 2) Sistema político que assegura simultaneamente o funcionamento da estrutura social e o domínio da classe proprietária e dos seus colaboradores administrativos, 3) Sistema institucional de investimento da sociedade.

As origens e a distribuição das cidades no Brasil estão inseparavelmente relacionadas com a evolução econômica e política do País. No passado, os ciclos econômicos foram os fatores predominantes no estabelecimento das cidades.

O ciclo da cana-de-açúcar, por exemplo, propiciou o rápido desenvolvimento de Recife e Salvador. Ouro Preto resplandeceu durante a corrida do ouro e é talvez um dos exemplos mais frisantes do declínio urbano resultante da decadência de um ciclo econômico. Rio de Janeiro é a prova de que o estabelecimento da administração e a centralização da vida política atuaram como fatores de emergência de importantes centros urbanos.

Contudo, foi a industrialização, no passado recente, que veio interferir decisivamente nos processos urbanos de várias cidades do Brasil, não apenas desde o ponto de vista global como também numa perspectiva estrutural e geográfica.

2.3 A CONCENTRAÇÃO GEOGRÁFICA DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Quando a cidade é observada como lugar das "economias externas," a análise sobre localização é bastante privilegiada, pois os estudos urbanos passam a analisar uma certa realidade que apresenta como característica essencial a aglomeração física da população, das atividades produtivas, das decisões. etc.

A localização industrial determina a localização do emprego e ocasiona a concentração populacional. Quando a decisão sobre a localização de uma fábrica é determinada a nível da própria empresa, isso trará resultados com características de distribuição espacial das atividades econômicas onde as opções dependem, entre outros fatores, da disponibilidade de matérias-primas, mercado, mão-de-obra, serviços, infra-estrutura, acessibilidade, etc.

Isso significa que, é possível supor que uma certa concentração de atividades econômicas seja desejável à medida que os empresários e o público em geral sejam os beneficiários das vantagens existentes. Ou seja, a localização de uma unidade industrial em determinada cidade não só utilizará as vantagens locais existentes, mas também engendrará outras, através de um processo acumulativo de geração das economias de aglomeração. Uma aglomeração é algo mais do que um conjunto de atividades, volumes e instalações unidos por uma simples coincidência espacial.

Dessa forma, tem-se que a localização ótima é aquela que assegura a maior diferença entre os custos e benefícios, privados ou sociais. A escolha dessa localização está

condicionada pelo comportamento e influência das forças locacionais. Sob o ponto de vista do produtor, onde produzir, é tão importante quanto decidir o que, como e quando produzir. Introduce-se, assim a variável distância e a análise dos fatores que condicionam a distribuição espacial da atividade econômica.

A decisão sobre a localização de uma fábrica resulta em última instância do confronto de alternativas e vantagens entre economias de escala e externas que advêm das regiões metropolitanas e das vantagens operacionais da proximidade da fonte de matéria-prima.

Dessa forma, acreditamos que a estrutura de localização industrial pode modificar o tamanho e a distribuição das cidades, pois de um lado, ela dinamiza o mercado de consumo através do crescimento das vendas, em função da criação de novos empregos. De outro lado, direciona os fluxos migratórios, aumentando a oferta de mão-de-obra que funciona como fator de atração para o capital. Todos esses fatores contribuem para fortalecer o processo de crescimento urbano/industrial. Pois, o avanço do processo de acumulação depende da consolidação de uma rede urbana, onde as cidades sejam locais de reprodução da força de trabalho.

O economista norte-americano A. Hirschman afirma que os empresários nos países subdesenvolvidos supervalorizam as vantagens de uma localização central de suas empresas. O fato de empresários mostrarem resistência à interiorização das empresas, deve-se além do desejo natural de não renunciar ao conforto e as facilidades oferecidas pelos centros urbanos, as deficiências existentes nas áreas atrasadas, que podem anular ou pelo menos prejudicar todos os esforços para a

implantação de novas indústrias ou a expansão do parque industrial existente.

Duas tendências principais podem ser observadas na evolução da teoria de localização industrial. De um lado a abordagem de "Equilíbrio Parcial" ou a teoria clássica dos custos mínimos de transportes, associada a Weber, onde a minimização dos custos de transportes dá-se em condições de demanda constante, desprezando-se os aspectos de interdependência locacional das empresas. Além de pressupor condições de concorrência perfeita, com vistas a definir a localização que assegura custos mínimos.

A teoria da localização de Alfred Weber, diz que "sempre existirão tendências à concentração industrial à medida que permita economias de custos com uma distribuição uniforme de matérias-primas, força de trabalho etc. Ou seja, o processo de concentração industrial adquire uma dinâmica autônoma até o ponto onde se iniciam as deseconomias. Fica implícito então que existe um limite na concentração, traduzido pelo que se conhece como tamanho ótimo da cidade".

Todavia, os estudos de Alfred Weber, que pesquisou a atração locacional das diferentes atividades econômicas num espaço econômico, dificultou uma aplicação concreta dos conceitos através de uma política econômica de planejamento e racionalização do espaço econômico, por utilizar um alto nível de abstração.

Além disso, o conceito de tamanho ótimo de cidade, apesar de seu caráter geral, apresenta uma validade limitada ao curto prazo: pois a determinação deste "ótimo" é influenciado pelo contexto sócio-econômico e tecnológico, além da impossibilidade de se medirem os benefícios e as vantagens sociais.

Portanto, fica provado o caráter estático do conceito do "tamanho ótimo". Por outro lado sabemos que a organização de uma cidade é um fenômeno dinâmico. Em termos dinâmicos vários fatores devem ser considerados, como o tempo e o espaço. Constatamos uma contradição entre o esquema marginalista de análise econômica da localização industrial e a prática observada.

Temos também, a abordagem de Equilíbrio geral, associada a Losch, que considera a interdependência locacional das firmas, as variações de demanda e a determinação de áreas de mercado para indústrias localizadas em diferentes pontos geográficos. Esse enfoque admite a existência de concorrência imperfeita (cada produtor tem um controle monopolístico sobre a parcela de mercado que ele pode suprir a preço mais baixo que os competidores), abstrai diferenças locacionais de custos e analisa principalmente como a demanda se modifica de um lugar para o outro e como a localização da firma é afetada pela localização das demais firmas.

Esse conjunto de teorias está muito distante da realidade da economia capitalista, não possibilitando a explicação da utilização do espaço geo-econômico, sócio-político e, em consequência, dos desequilíbrios do desenvolvimento desse sistema econômico, muito menos a solução dos mesmos através da orientação locacional gerida pelo poder público.

Não é difícil enumerar uma longa lista de economias externas e de aglomeração existentes nos centros urbanos; o problema surge na medida em que for necessário quantificar seu impacto na obtenção dos benefícios sociais. Isso porque não temos capacidade de saber exatamente de que forma a concentração urbana proporciona custos e benefícios, e onde se

encontra exatamente o ponto ótimo, no caso em que a resposta dependa do tamanho das concentrações. Baumol(1967), afirma que as cidades terão ultrapassado seu tamanho ótimo quando as deseconomias externas aumentarem mais rápido que a população.

As evidências têm mostrado que a ação do Estado no que diz respeito a localização dos recursos produtivos no espaço territorial, nos países subdesenvolvidos, tem seguido a própria orientação da acumulação capitalista, porquanto são os pólos de desenvolvimento industriais que predominam.

Nesse caso, o governo investe maçicamente em infraestrutura básica em determinados locais das regiões atrasadas e concede incentivos fiscais e financeiros às empresas que se localizem nesses espaços geográficos. A premissa básica é que os frutos do desenvolvimento se espalham, posteriormente, para os demais pontos dos espaços.

Os problemas com que se deparam o planejador urbano e o administrador da cidade dizem respeito não apenas a tentativas de melhorar a eficiência, principalmente econômica das cidades, mas também a de fazer com que a comunidade como um todo se beneficie da ação governamental. Esses objetivos visando à melhoria da eficiência da cidade, podem ser traduzidas em: maior fluidez no trânsito, acesso rápido ao local de trabalho, ocupação ordenada do solo, aumento da produtividade em função de níveis adequados de saúde e educação para os seus habitantes.

A hierarquia urbana sendo conhecida, as rendas e despesas próprias" de cada padrão devem ser comparadas, a fim de se determinar onde os investimento públicos e privados são suscetíveis de atingir um rendimento coletivo máximo."(NETO, 1972:93) O método global consiste em comparar as relações que se estabelecem entre as economias realizadas, graças à

urbanização de uma nova atividade, e o conjunto dos gastos correntes, em valores atualizados, ligados a esta localização. Esses tipos de economia são relacionados com as despesas públicas e privadas, que se associam numa aglomeração determinada.

Como são as populações de renda inferior as que mais sofrem com a ineficiência governamental, deverão ser também essas as que, proporcionalmente, mais se beneficiarão com a eliminação ou diminuição dos problemas urbanos. (BRASILEIRO, 1976:120)

É de se esperar que, de modo geral, os que se situam nas posições privilegiadas relutem em abrir mão das suas vantagens e que sejam, principalmente, os que delas estejam alijados os que tenham mais interesse em melhorar sua posição. Como as sociedades são dinâmicas, há sempre um fluxo de pessoas que mudam de posição, o que envolve tensões, conflitos e ajustamentos.

Em geral a hiperurbanização imobiliza recursos na medida em que capitais utilizados em serviços públicos não tenham sido utilizados de maneira mais eficiente. (CASTELLS, 1984:93)

Constata-se que o problema em questão é, mais do que a falta de capital é, a inexistência de uma organização social capaz de reunir e dirigir os recursos existentes para o desenvolvimento coletivo.

O Estado é chamado a desempenhar o papel de árbitro final determinando que segmentos da sociedade terão acesso às vantagens que ela proporciona, quais serão delas privados e em que circunstâncias. Esse papel do Estado se manifesta, muito nitidamente, na função de provedor de serviços públicos, de especial importância no contexto urbano.

São relevantes as políticas de desenvolvimento regional, seja com o objetivo de descongestionar áreas já urbanizadas, seja com a finalidade de desenvolver áreas atrasadas.

Essas políticas regionais têm por objetivo principalmente obter uma maior descentralização industrial, de modo a limitar ou reduzir os problemas de congestionamento de tráfego, poluição ambiental, destruição das reservas naturais, deterioração das condições sanitárias e habitacionais, dentre outros.

Em países no estágio inicial de desenvolvimento, o objetivo central dessas políticas é contribuir para a redução das disparidades econômicas regionais, como ocorre, por exemplo, em relação ao Nordeste do Brasil.

A discussão que se coloca é a de quem é o Estado e a que interesses ele serve. Alguns o vêem, como solidário com as estruturas das desigualdades sociais, mantenedor do "status quo." Outros como agente modernizador, promotor da justiça social, redistribuidor de benefícios.

A partir das questões analisadas, e levando em consideração os fatores desencadeantes da crise social, proveniente do processo de urbanização, poderemos deslocar a análise para a área central de Fortaleza, através de uma análise empírica, e dos fatores resultantes do processo histórico, num contexto que retoma a sua formação passada e incorpora alguns aspectos de tradição e rigidez se contrapondo à dinâmica de crescimento urbano. Isso será observado no capítulo posterior.

3- ASPECTOS GERAIS DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO CENTRO URBANO DE FORTALEZA

A área central de uma cidade, costuma constituir-se no núcleo original por onde teve início a sua trajetória histórica de expansão. Com o passar do tempo esse núcleo sofre transformações urbanas provenientes de mudanças econômicas, tecnológicas e de intervenções públicas e privadas que provocam, de certa forma, uma difícil convivência entre o antigo e o novo, o tradicional e o moderno.

É fundamental que a área central de uma cidade seja vista como um ponto referencial, onde permaneçam presentes a cultura e a tradição e sejam preservadas determinadas características originais que de algum modo, explicam a sua formação histórica.

O termo centro urbano de qualquer cidade designa simultaneamente um lugar geográfico e um conteúdo social. Contém, portanto, especificidades decorrentes dos processos de cunho social, econômico, político e cultural próprio de cada cidade, ou seja, existe uma grande relação com o conjunto da estrutura global da formação da cidade.

Fortaleza é uma cidade que teve o seu crescimento explicado por ser um pólo de capital mercantil, vinculado a um Porto. Esta polarização mercantil era exercida em relação ao interior onde se desenvolveu fundamentalmente uma economia baseada no trinômio: algodão, pecuária e agricultura de subsistência. Sendo que esta última sistematicamente foi responsável pela geração de excedentes alimentares.

O capital mercantil se concentrou na área central, que costuma ser denominada CBD(Central Business District). Esta área vai gradativamente se valorizando dentro da função-comércio, mas também vai se tornando um local que incentiva os moradores a se deslocarem dela. Deve-se isso à elevação do preço da terra nesse espaço, viabilizando, por sua vez, a moradia em áreas mais distante do centro com preço mais acessível.

A partir de então, constata-se um esvaziamento do centro, enquanto espaço destinado a moradia, em função, primeiramente da elevação da demanda ocupacional do espaço para o comércio e serviços(pelo menos nas áreas que se prestam para isto), e uma permanência na área central de moradias em áreas mais deterioradas ocupadas por população de estrato de renda baixa e não familiar.

Tais fatos provocam uma tendência geral da área central permanecer estável e a tornar-se despovoada à noite, gerando insegurança e intranquilidade maior do que em outras áreas de uso residencial ou mais diversificadas.

Fortaleza, ao contrário da maioria das cidades históricas e litorâneas apresenta uma ocupação do seu espaço de forma radioconcêntrica, compondo uma morfologia de eixos viários + faixa litorânea(ver mapa abaixo), onde os primitivos caminhos para fora da cidade tornaram-se eixos de deslocamentos entre centro e periferia. A tendência observada foi a crescente atração das atividades comerciais pelos referidos eixos, sendo tais atividades anteriormente exercidas na área central.Entretanto, sabemos que em Fortaleza não se formaram subpolos expressivos que reproduzissem em menor escala o centro tradicional.

**CORREDORES DE ATIVIDADES
E SHOPPING CENTERS**



LEGENDA

- | | CENTRO HISTORICO
- | | CENTRO EXPANDIDO
- () SHOPPING CENTER
- CORREDOR DE ATIVIDADES

Observam-se dois tipos de movimentos em Fortaleza: avanço como cidade terciarizada na medida em que as localizações industriais passam a se concentrar na sua Região Metropolitana, ou seja ocorre uma expulsão da indústria para a Região Metropolitana de Fortaleza. E uma gradual diminuição da função moradia no centro, que se expande para fora deste, como podemos observar nas tabelas 1 e 2.

O censo de 1991 realizado pelo IBGE revela que habitavam no centro de Fortaleza 7.175 pessoas, onde foram levantados 2.743 domicílios, sendo que 2.141 estavam ocupados. (ver tabela 1) Os dados do Cadastro Técnico Municipal (CTM) da Prefeitura Municipal de Fortaleza revelam que existem 2.806 domicílios. Verificamos, portanto que os dados são consistentes, embora não apresentem números exatamente iguais.

TABELA 1

Relação entre domicílios e habitantes no Centro de Fortaleza

população	domicílio total	domicílio ocupado	dom. não ocupado	peças/domicílio ocupado
7.175	2.743	2.141	602	3,35

Fonte: Informações censitárias- IBGE/1991

A relação de habitantes por domicílio ocupado sendo 3,35 é inferior à média de Fortaleza que deve situar-se em torno de 5 a 10 pessoas por domicílio. Este dado comprova a tese de esvaziamento residencial no Centro urbano de Fortaleza.

Quanto às atividades comerciais tem-se que cerca de 73% das unidades edificadas no centro tradicional estão voltadas para a função comercial e serviços. (ver tabela 2)

A tabela 2 mostra a classificação das edificações quanto ao uso, ressaltando principalmente, a participação do uso comercial e serviços, comparando-os com o total das quantidades de áreas edificadas no espaço referido.

TABELA 2

Caracterização da ocupação da área central de Fortaleza

classificação por uso	qtde. de unidades	% total de unid.	área (m ²)	% total da área	média m ² /qtde.
domiciliar	2.806	27,53	270.871	16,5	97
comercial	7.215	69,78	1.034.304	63,30	143
prest.serviço	318	3,07	328.719	20,11	545
industrial	12	0,11	9.363	0,57	780
instrução	28	0,27	40.530	2,48	1.448
lazer	17	0,16	9.027	0,55	531
desportivo	4	0,04	388	0,02	97
religioso	9	0,08	10.236	0,62	1.137
institucional	23	0,22	67.157	4,1	2.920
transporte	11	0,10	11.372	0,7	1.034
comunicação	4	0,04	14.503	0,88	3.626
saúde	58	0,56	40.658	2,48	701
hotelaria	19	0,18	52.940	3,2	2.786
Total	10.339	100,00	1.633.894	100,00	158

FONTE: CADASTRO TÉCNICO MUNICIPAL, PREFEITURA MUNICIPAL
DE FORTALEZA-05/94

Constata-se através dos dados da tabela 3 que a quantidade e a área ocupada por casas é superior à quantidade e à área ocupada por apartamentos, demonstrando uma tendência a horizontalização no Centro, em contrapartida ao processo de verticalização observado nas demais regiões de Fortaleza, principalmente na Aldeota, onde esse processo é bastante acentuado.

Nota-se também, em conformidade com o que já foi dito antes, que a participação da função moradia é inferior (31,1% do total de estabelecimentos) à função não-moradia (68,9%). (ver tabela 3)

TABELA 3

Classificação arquitetônica no centro de Fortaleza

classificação	qtde.	% qtde	área (m2)	% área	m2/qtde
choca/barraco	8	0,07	370	0,02	46
casa	1.704	16,2	305.358	18,6	179
apartamento	1.546	14,7	95.205	5,8	62
apt. cobertura	8	0,07	3.818	0,2	477
subtotal	3.266	31,10	404.751	24,67	123
sala	3.482	33,1	169.281	10,3	49
conj.salas	723	6,8	131.570	8,0	182
loja	2.594	24,7	420.919	25,65	162
sobreloja	15	0,14	4.054	0,2	270
subsolo	62	0,59	6.884	0,4	111
galpão fechado	153	1,45	92.707	5,65	606
galpão aberto	20	0,19	6.177	0,3	309
estac. coberto	20	0,19	8.205	0,5	410
arquit.especial	166	1,58	396.066	24,14	2.386
Total	10.501	100	1.640.614	100	156

FONTE: CADASTRO TÉCNICO MUNICIPAL, PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Assiste-se em Fortaleza a uma dinâmica em relação à descentralização de atividades e serviços da área central. O

processo de valorização imobiliária proveniente de alguns setores da economia, influenciam as decisões governamentais relacionadas ao sistema administrativo e normativo de uso do solo, bem como as ações vinculadas à estruturação do sistema viário e as rotas do sistema de transporte público urbano.

A lógica de valorização pressupõe a abertura de vias(Eng. Santana júnior, alargamento da Santos Dumont até a praia do futuro, W. Soares), construção de shoppings, deslocamento de Centros administrativos(Cambeba). Os investimentos públicos nesta direção são efetuados intencionalmente visando valorizar espaços intermediários, de forma a permitir um adensamento dos eixos comerciais e um aumento da função moradia nestes espaços.

Outra lógica observada em Fortaleza, cuja explicação diferencia-se da primeira, é a simples valorização de corredores provenientes de uma maior concentração populacional na periferia, e segmentos de mercado, por exemplo: Montese(Gomes de Matos), Parquelândia(Bezerra de Meneses) etc.

No entanto, existem certos setores de atividades que permanecem na área central, com características próprias, seguindo lógicas não apenas explicadas por decisões que envolvem lucratividade, desempenho, e calculabilidade, ou seja existem atividades que permanecem na área central, explicada através da confiabilidade e tradição junto a clientela por exemplo: as agências bancárias, financeiras, seguradoras, cartoriais, escritórios de advocacia, escritório de contabilidade, assessorias, representações etc.

Outro motivo que faz com que esses setores permaneçam no centro são as vantagens das economias de aglomeração que geram externalidades vinculadas a decisões locais que asseguram

volume de faturamento, diminuição de custos, contatos pessoais etc. internalizadas pelas firmas.

A lucratividade das atividades econômicas urbanas encontra-se fortemente associada à noção de economias de aglomeração. Onde estas decorrem da geração de externalidades proporcionadas pela complementaridade entre as atividades, resultam em crescimento de faturamento e lucros, provocando em contrapartida uma elevação nos preços da terra urbana nas áreas centrais.

De acordo com Richardson, é possível definir três categorias de economias de aglomerações:

a) as economias internas à empresa e ligadas à produtividade;

b) as economias externas à empresa, mas internas ao setor (economias de localização)

c) as economias externas ao setor, isto é, a possibilidade de ganhos extras para todas as empresas de todos os setores em função do acréscimo econômico de uma cidade (economias de urbanização).

Ou seja, os mecanismos da economia de mercado levam à concentração geográfica da população e das atividades econômicas por causa das economias externas que se revertem em benefícios das empresas privadas, ao localizarem seus estabelecimentos na proximidade de outros, aproveitando, também, os equipamentos sociais proporcionados pelo governo e, naturalmente, a existência, nas aglomerações urbanas, de uma mão de obra relativamente qualificada, educada e treinada.

Em Fortaleza, observa-se que essas economias de aglomeração muitas vezes encontram-se relacionadas a formas específicas de como se dá a concorrência entre as firmas, principalmente dentro das características monopolísticas.

É possível identificar um conjunto de atividades do mesmo ramo que aparecem de forma concentrada numa determinada localização. Ou seja, a reunião de mesmas atividades econômicas com produtos substitutos, no mesmo espaço urbano, como por exemplo o conjunto de lojas de material elétrico da rua Pedro Pereira, o conjunto de distribuidoras de produtos farmacêuticos situados na Melvin Jones, etc. A concorrência entre os vendedores se dá sobre a disputa do orçamento do comprador, uma vez que não existe homogeneidade de produtos.

O centro de Fortaleza possui características encontradas em algumas cidades do mesmo porte, ou seja, existe uma concentração das atividades terciárias, e uma gradual diminuição da participação da função moradia, que se expande para fora do centro, sendo que as atividades terciárias sofrem um processo de deslocamento para os centros secundários através dos corredores de atividades. No entanto, constata-se que esse processo de descentralização das atividades terciárias é recente, ocorrendo por volta da década de 80 e ainda não está consolidado.

Observa-se nas grandes cidades uma tendência geral à deterioração da área central, como também tentativas municipais de Programas visando a revitalização de Centros Urbanos. Tal empreendimento efetiva-se a partir de interesses de determinadas categorias da população (proprietários) que visam reverter o processo de deterioração devido às externalidades negativas, através da cooptação de investimentos públicos maçios.

Em virtude dos aspectos acima citados, realizou-se recentemente em Fortaleza o Forum Adolfo Herbster que teve como temática central a "Revitalização do Centro de

Fortaleza", na ocasião debateu-se temas pertinentes ao Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Cidade.

Para entendermos melhor as especificidades desse debate faz-se necessário um estudo mais detalhado da formação de Fortaleza, o que explica a pequena valorização da sua orla marítima, o papel preponderante do interior, posto que aí se concentravam as atividades do algodão, pecuária e agricultura de subsistência.

3.1 A IMPORTÂNCIA DOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA

A ideologia dominante quanto a planejamento do urbano tende a conceder uma importância essencial ao centro, considerando-o precisamente na perspectiva apontada, como elemento integrador dos espaços urbanos. Os planos para o urbano, geralmente implantados com a intenção de diminuir a "desorganização social urbana", estão animados por um "espírito reformista" e, por conseguinte, integrador, na tentativa de evitar que o espaço urbano torne-se perverso e desvalorizado a ponto de ser "urbanizado sem urbanismo." Mas com o passar do tempo ocorre uma secundarização do problema. Ou seja, os governos iniciam seus mandatos com o interesse de um planejamento urbano, mas no momento da implementação dos projetos, estes são relegados a um segundo plano, ou nunca são concretizados.

Diante da consciência de que a revitalização do Centro Urbano de uma Metrópole é de uma importância significativa, pois se faz necessário que nesse espaço sejam exercidas várias funções, incluindo habitação e não apenas o comércio, entende-se que esse Centro tem que permanecer forte para que seja preservada a origem histórica de uma cidade e o seu espaço seja visto como ponto referencial onde permaneça presente a tradição, sem desprezar no entanto, as facilidades provocadas pelo avanço tecnológico.

Dentre os serviços urbanos, o sistema de transportes constitui-se em um elemento do desenvolvimento urbano, onde podem ser aproveitadas as vantagens decorrentes da utilização de tecnologias modernas, pois o transporte como atividade-meio

pode ter um caráter tanto catalizador como indutor desse desenvolvimento. Assim, uma política de transportes deve integrar-se em uma política nacional de desenvolvimento urbano nos diferentes sistemas urbanos e, neste sentido, refletir o modelo territorial que se pretende alcançar.

Um sistema de transporte de massa eficiente possibilita um adequado deslocamento de indivíduos em áreas urbanas, atendendo tanto a sua função econômica, como a sua função social, já que maior mobilidade das pessoas associadas à rapidez e segurança nas grandes aglomerações urbanas, significa melhor qualidade de vida.

Os congestionamentos das vias urbanas, e, em consequência, as horas perdidas de trabalho e lazer, resultam para uma cidade em altos custos, tanto econômico, físicos como ambientais, além de perturbar a vida das pessoas provocam aumento do número de acidentes e doenças.

Portanto, em função dos problemas mencionados, a otimização dos sistemas de transporte públicos feitas em paralelo com o planejamento urbano é questão chave para melhorar a organização central das cidades. Os transportes urbanos, particularmente, vêm tendo os seus problemas agravados a cada dia como observa-se em Fortaleza, em virtude da intensificação do processo de crescimento econômico, do aumento vertiginoso da frota automobilística e da concentração populacional na área metropolitana.

Dentre os investimentos de cunho social, os transportes tem íntima relação com a qualidade de vida dos grandes centros urbanos nos países em desenvolvimento. Em áreas densamente povoadas, determinam padrões de localização de moradias e empresas. A insuficiência dos investimentos em transporte

urbano, gera desequilíbrios que redundam em fenômeno de "fila de espera" ou de congestionamento nos fluxos de trânsito.

Esses congestionamento de tráfego, tão frequentes nos grandes centros urbanos, geram externalidades negativas. Há por parte de determinadas pessoas, a percepção dessas externalidades muito variadas, cobrindo extensa gama de fatores adversos: desde o sentimento de tempo perdido e consumo inútil de energia até o "stress" imposto aos usuários.

As exigências de um sistema adequado de transportes que combine diversos modos de atuação crescem com a própria dimensão da cidade em termos de área em expansão e população.

A busca de conforto dos passageiros em ambientes agradáveis e a economicidade em seu tempo de deslocamento são primordiais para orientar as tecnologias futuras nos transportes coletivos, ou seja, equipamentos de alto conteúdo tecnológico e baixo impacto sobre o meio ambiente.

BSFEAC

CONCLUSÃO

Nas últimas décadas a economia cearense experimentou profundas alterações na sua estrutura produtiva. Dentre elas podemos citar o fenômeno da crescente urbanização de Fortaleza, caracterizado por uma concentração espacial das atividades produtivas e de população, configurando aglomerações urbanas de rápido crescimento na área metropolitana. Esse processo de dupla concentração espacial das atividades econômicas e da população, provoca uma série de alterações na composição urbana das cidades, principalmente, através da forte pressão exercida sobre a ocupação do solo e meio-ambiente urbano, repercutindo também nos custos de reprodução da força de trabalho.

De conformidade com o que aqui se demonstrou, a cidade no Brasil a partir do século XIX, cumpriu funções específicas de administração e comércio, resultando seu maior crescimento em áreas onde essas duas atividades eram mais intensas: Salvador e Rio de Janeiro no que diz respeito à administração; São Paulo e Recife decorrente de produção e conseqüente circulação de bens. A evolução histórica incumbiu-se de promover a divisão regional das atividades e a expansão cafeeira criou as condições para, mais tarde, surgir em São Paulo uma infra-estrutura física, financeira e ideológica, capaz de sustentar o surto industrial.

Podemos dizer que, no caso do Ceará, o algodão e a pecuária forneceram as bases para o desenvolvimento urbano de Fortaleza. Já que no início da colonização as sedes das capitâneas, situadas no litoral, eram os núcleos aglutinadores

da produção das áreas rurais para o mercado europeu, além de captadores dos impostos cobrados pela Coroa portuguesa. Favorecendo assim, a expansão das cidades-portos, através da dinamização das trocas nelas realizadas e promovendo, embora de forma debilitada, o processo de urbanização.

Segundo a análise de Francisco de Oliveira o caráter monocultor da produção brasileira, baseada no trabalho escravo e destinado à exportação, gerou um tipo de urbanização concentrada, de uns poucos, porém de grandes núcleos urbanos. Não se chegou a constituir uma rede urbana. A cidade era não só o ponto de concentração das autoridades burocráticas, mas a sede do capitalismo comercial da época. Como os interesses econômicos fundamentais estavam no campo, a cidade não era objeto de maiores preocupações. Alguns problemas urbanos atuais no Brasil datam daquela época.

No entanto, será com a industrialização, no século XX, que o urbano se redefinirá. Ele passa a ser a sede do novo aparelho produtivo, a indústria enquanto centro motor de uma nova divisão social do trabalho.

No Brasil, quando ocorreu a penetração monopolista da década de 50, ao Estado competiu a criação das condições gerais urbanas que criaram mecanismos reguladores das contradições implícitas, numa intervenção eminentemente política. Esta intervenção se fez através de um conjunto de órgãos, que formulavam a política urbana e os planejamentos governamentais. O Estado teria que satisfazer às exigências técnicas e econômicas do capital e também propiciaria soluções para as necessidades de reprodução da força de trabalho.

No que se refere a Fortaleza a problemática urbana tomou vulto nos últimos anos, em função de sua maior definição como centro polarizador, motivado pelo crescimento da economia,

pela melhoria das relações comerciais e pela sua integração na sociedade moderno-industrial, embora tal integração tenha ocorrido diferentemente de outras áreas brasileiras, porque até hoje o parque industrial cearense é, basicamente, constituído por indústrias de bens de consumo não-duráveis, de baixo padrão tecnológico.

A ausência de um planejamento urbano mais efetivo, em termos de organização e prevenção do processo migratório, acentuou o processo de urbanização caótica que hoje se apresenta em Fortaleza, de forma que não se observa uma preocupação com o seu patrimônio histórico-cultural. Constitui exceção o interesse por parte do Poder Público em revitalizar a Praia de Iracema através, por exemplo, da reforma do Estoril e da Ponte Metálica; entretanto, na maioria das vezes essas reformas descaracterizaram quase por completo as estruturas antigas, não permitindo que fosse preservada a arquitetura original.

A estrutura mais racional do espaço, não decorre da ação espontânea das forças de mercado. Na verdade, é necessária a intervenção do Poder Público, através do planejamento em diferentes níveis de decisão (do governo federal ou municipal) e graus de atuação (prevenção à correção). Os objetivos da intervenção governamental devem dizer respeito, assim, à diferentes formas de estruturação, que constituem óticas distintas, mas integradas e complementares de um único processo de planejamento urbano.

Portanto, concluímos que o Estado deverá ser o gerenciador dos equipamentos urbanos, pois a ele competirá produzi-los, distribuí-los e geri-los. O Estado assumirá neste contexto um papel todo especial, ele permeiará as relações de classe, passando a intervir no urbano, porque será competência

do Estado todo empreendimento que não se apresente rentável à iniciativa privada.

Vista a questão pelo ângulo da eficiência do sistema, principalmente em termos de eficiência a curto prazo, tudo indica que a criação de economia de escala, de aglomeração e de urbanização já citadas, sejam fatores fundamentais para que se alcance uma taxa de desenvolvimento da economia, porque a aglomeração das funções econômicas no espaço gera, dentro de certos limites, maiores taxas de crescimento econômico.

BIBLIOGRAFIA

- (1) ARAGÃO, Raimundo Batista. História do Ceará. Vol. 1 p.123
- (2) BARAT, Josef. Introdução aos problemas urbanos brasileiros, Rio de Janeiro:1979
- (3) BRASILEIRO, Ana Maria. A cidade: aspectos políticos in Desenvolvimento e política urbana, Rio de Janeiro:1976.
- (4) CASTELLS, Manuel. Problemas de investigação em Sociologia Urbana, Rio de Janeiro:1984, p.47-49
- (5) COSTA, Manuel Augusto. Urbanização e migração urbana no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975
- (6) HOSELTZ, B. F. Aspectos sociológicos do crescimento econômico. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura. p. 161
- (7) LEMENHE, Maria Auxiliadora. As razões de uma cidade, Fortaleza em questão, Fortaleza:1991.
- (8) LOPES, Juarez Rubens Brandão. Desenvolvimento e mudança social, formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. São Paulo, Nacional.
- (9) MENEZES, Djacir. O Outro Nordeste-Formação Social do Nordeste. Rio de Janeiro, Jose Olímpio.
- (10) NETO, A. Delorenzo, A reorganização das áreas metropolitanas. São Paulo: 1972.
- (11) NUNES, Brazilmar Ferreira. Ensaio sobre a questão urbana in Revista econômica do Nordeste, n. 04 vl.16, 1985
- (12) OLIVEIRA, de Francisco. O Estado e o urbano no Brasil. in Ensaio Exploratórios sobre as relações entre o processo de urbanização, desenvolvimento econômico e da configuração do Estado e processos políticos gerais. São Paulo:1975
- (13) OLIVEN, Ruben George. Urbanização e mudança social no Brasil, Rio de Janeiro, p.20, Vozes, Grande desafio da 1984.

- (14) PEIXOTO, Joao B. O explosão demográfica, Rio de Janeiro: 1978
- (15) RICHARDSON, H. W. Economia del urbanismo. Alianza universidade, 1975
- (16) SANTOS, M. Crescimento urbano e nova rede urbana.O exemplo do Brasil, in Revista braileira de geografia, vol.2 n. 4
- (17) SINGER, Paul. Dinâmica populacional e desenvolvimento. HUCITEC São Paulo, 1976.
- (18) SOUZA, Simone (coordenadora). História do Ceará (vários autores) Valdelice Carneiro Girão. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, Fundação Demócrito Rocha, 1989.
- (19) SMITH, Roberto. Atividade Econômica na Área Central de Fortaleza, Fortaleza:1994
- (20) TOLOSA, Hamilton C. Dualismo no mercado de trabalho urbano. in Pesquisa e planejamento Econômico. Vol.5, n.1, 1975